



# **Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021 - 2025)**

## **Relatório final da consulta pública**



**Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional**

**Dezembro de 2021**



# Índice

<b>Preâmbulo</b>	<b>03</b>
<b>I. Situação geral</b>	<b>05</b>
<b>II. Síntese de análise</b>	<b>09</b>
1. Título I. Fundamentos do plano e exigências gerais	09
1) Capítulo I. Ambiente de desenvolvimento	09
2) Capítulo II. Princípios básicos, objectivos e tarefas	10
2. Título II. Aceleração da diversificação adequada da economia	11
3) Capítulo III. Criação de uma estrutura industrial apropriadamente diversificada	11
4) Capítulo IV. Elevação da competitividade das pequenas e médias empresas	14
5) Capítulo V. Melhoria contínua do ambiente comercial	15
3. Título III. Promoção da optimização das acções vocacionadas para o bem-estar da população	16
6) Capítulo VI. Concretização ordenada da política “habitação de diferentes níveis”	16
7) Capítulo VII. Elevação dos níveis dos cuidados médicos e da saúde	17
8) Capítulo VIII. Garantia eficaz dos direitos e interesses de emprego dos residentes	19
9) Capítulo IX. Aperfeiçoamento do sistema do regime de segurança social	20
10) Capítulo X. Avanço no desenvolvimento de cultura, educação, juventude e talentos	22
4. Título IV. Promoção aprofundada na construção de uma cidade com condições ideais de vida	24
11) Capítulo XI. Coordenação na promoção da construção urbana	24
12) Capítulo XII. Aperfeiçoamento contínuo das infra-estruturas urbanas	25
13) Capítulo XIII. Optimização profunda do ordenamento do transporte urbano	26
14) Capítulo XIV. Protecção proactiva do ambiente natural e ecológico	27

---

5. Título V. Elevação sucessiva do nível da governação pública	28
15) Capítulo XV. Aperfeiçoamento do sistema de defesa da segurança nacional	28
16) Capítulo XVI. Aperfeiçoamento do sistema jurídico	29
17) Capítulo XVII. Aprofundamento da reforma da gestão da Administração Pública	30
18) Capítulo XVIII. Aperfeiçoamento do sistema de protecção de segurança da cidade	32
6. Título VI. Melhor integração na conjuntura geral do desenvolvimento nacional	33
19) Capítulo XIX. Aceleração da construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin	33
20) Capítulo XX. Participação empenhada na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau	34
21) Capítulo XXI. Consolidação da construção da Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa	36
22) Capítulo XXII. Participação e apoio à construção de “Uma Faixa, Uma Rota”	36
<b>Conclusão</b>	<b>38</b>

## Preâmbulo

Os cinco anos de 2021-2025, 1.º quinquénio da nova fase de plena construção de um País socialista e modernizado, é uma boa oportunidade para o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) implementar aprofundadamente o princípio “Um país, dois sistemas” e aproveitar as estratégias de desenvolvimento do País para alcançar um melhor desenvolvimento de Macau nos próximos cinco anos.

Com o objectivo de se articular com o 14.º Plano Quinquenal Nacional, consolidar e reforçar as vantagens competitivas de Macau, concretizar um desenvolvimento socioeconómico sustentável e se integrar melhor na conjuntura geral do desenvolvimento nacional, o Governo da RAEM, baseado no estudo preliminar, elaborou o Documento de Consulta do Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021 – 2025).

O Governo da RAEM realizou uma consulta pública junto dos diversos sectores da sociedade, no período de 15 de Setembro a 13 de Novembro de 2021. Durante o período de consulta de 60 dias, o Governo da RAEM realizou 9 sessões de consulta para recolher amplamente opiniões do público, das associações, dos órgãos consultivos, das associações profissionais e das individualidades dos diversos sectores atentas à questão do desenvolvimento de Macau, e através de vários canais como apresentação de opiniões escritas, a saber, telefone, correio electrónico, *facsimile*, correspondência postal, rádio, plataformas sociais, recolhendo opiniões e sugestões dos diversos sectores da sociedade, com vista a melhor reunir consensos da sociedade sobre o desenvolvimento socioeconómico da RAEM nos próximos cinco anos. Na consulta pública foram recolhidas 3.166 opiniões e sugestões. O Governo da RAEM, com base na auscultação ampla das opiniões dos diversos sectores da sociedade e na classificação, numeração e organização das mesmas, procedeu à sua análise e síntese e por fim à elaboração do presente relatório.

O Governo da RAEM atribui grande importância às opiniões e sugestões recolhidas durante o período de consulta, procedeu ao estudo e análise com seriedade das mesmas dos diversos sectores e áreas da sociedade, tendo sido integradas as opiniões e sugestões razoáveis e com maior consenso da sociedade no documento oficial do 2.º Plano Quinquenal, e esforçando-se para que o documento oficial corresponda à realidade da sociedade e à vontade da população.

As opiniões que serão integradas no documento oficial traduzem-se principalmente nos seguintes aspectos:

---

1. Concluir, de forma mais abrangente, a situação da execução do 1.o Plano Quinquenal e a situação do desenvolvimento actual de Macau.

2. Aperfeiçoar os princípios básicos, os objectivos do desenvolvimento e as tarefas principais.

3. Enriquecer as políticas e medidas do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, especialmente as principais indústrias, tais como a indústria de saúde que tem como ponto de partida a investigação, o desenvolvimento e o fabrico dos produtos da medicina tradicional chinesa, a indústria das finanças modernas, a indústria das tecnologias novas e avançadas, a indústria de convenções, exposições e comércio, as indústrias de cultura e desporto.

4. Desenvolver as acções vocacionadas para o bem-estar da população, apresentar os objectivos quantitativos concretos em relação à habitação que é uma das principais aspirações da população, com vista a concretizar as acções vocacionadas para o bem-estar da população.

5. Reforçar a construção de uma cidade com condições ideais de vida, designadamente nas áreas de transportes, protecção ambiental e renovação urbana.

6. Dar maior importância quer à segurança nacional e quer à da cidade, construir uma barreira sólida para a segurança nacional e enriquecer o conteúdo da construção do ordenamento jurídico e da reforma administrativa.

7. Colocar a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin na parte mais importante da integração na conjuntura geral do desenvolvimento nacional, proceder ao ajustamento e aperfeiçoamento das políticas e medidas, de acordo com a nova conjuntura de desenvolvimento, e enriquecer o conteúdo da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e da construção de “Uma Faixa, Uma Rota”.

Com base na recolha das opiniões e sugestões dos diversos sectores, procedeu-se ao enriquecimento do documento de consulta, à optimização das expressões e à simplificação do texto, enriquecendo e aperfeiçoando o texto do 2.o Plano Quinquenal. O processo de consulta pública demonstrou plenamente a atitude activa da população em geral na apresentação de opiniões e sugestões, e na procura conjunta de um futuro melhor para Macau.

## I. Situação geral

O período de consulta pública sobre o 2.º Plano Quinquenal decorreu entre 15 de Setembro e 13 de Novembro de 2021. O Governo da RAEM planeou a realização de 18 sessões de consulta, devido à instabilidade causada pela epidemia nos meses de Setembro e Outubro, foram realizadas, na realidade, um total de nove sessões, tendo sido, três delas, destinadas ao público em geral, cinco aos profissionais e às associações e uma sessão exclusivamente aos Conselhos Consultivos do Governo (*vide* a Tabela 1); em relação às restantes sessões, as opiniões foram apresentadas por escrito. Nas sessões de consulta, foram auscultadas as opiniões vindas do público em geral, das principais associações, dos órgãos consultivos e das associações profissionais, bem como das individualidades atentas à questão do desenvolvimento de Macau. As sessões de consulta mereceram a atenção alargada e uma participação activa da sociedade, tendo-se registado cerca de 300 participantes e 134 intervenções.

**Tabela 1 Lista das sessões de consulta do Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021 - 2025)**

N.º	Data	Destinatários principais da consulta	Local
1	21 de Setembro de 2021 (Terça-feira)	Sessão destinada a associações da sociedade civil (1) (Sector industrial, comercial e financeiro)	DSEPDR*
2	23 de Setembro de 2021 (Quinta-feira)	[Sessão destinada exclusivamente aos Conselhos Consultivos do Governo] Conselho Consultivo para os Assuntos Municipais do Instituto para os Assuntos Municipais Conselho Consultivo de Serviços Comunitários da Zona Central Conselho Consultivo de Serviços Comunitários da Zona Norte Conselho Consultivo de Serviços Comunitários das Ilhas	Centro de Ciência de Macau
3	24 de Setembro de 2021 (Sexta-feira)	Sessão destinada a associações da sociedade civil (2) (Sector profissional)	DSEPDR
4	23 de Outubro de 2021 (Sábado)	Sessão destinada a associações da sociedade civil (3) (Sector de associações tradicionais, de religião e de beneficência, e sector cultural)	DSEPDR
5	23 de Outubro de 2021 (Sábado)	Sessão destinada a associações da sociedade civil (4) (Sector educacional e juvenil)	DSEPDR
6	24 de Outubro de 2021 (Domingo)	Sessão destinada ao público [I]	Centro de Ciência de Macau



7	27 de Outubro de 2021 (Quarta-feira)	Sessão destinada a associações da sociedade civil (5) (Sector de serviços sociais, de convenções e exposições, hoteleiro e turístico, e de transporte)	DSEPDR
8	28 de Outubro de 2021 (Quinta-feira)	Sessão destinada ao público [II]	Centro de Ciência de Macau
9	29 de Outubro de 2021 (Sexta-feira)	Sessão destinada ao público [III]	Centro de Ciência de Macau

\* Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional

Por outro lado, o Governo da RAEM recorreu a diversos canais de consulta como, as opiniões escritas, a mensagem telefónica, correio electrónico, *facsimile*, correspondência postal, recepção de opiniões apresentadas presencialmente, e, ainda, a outros meios como, a recolha de mensagens *online*, reportagens ou editoriais dos meios de comunicação, novos meios de comunicação e programas radiofónicos, para recolher extensivamente as opiniões e sugestões de todos os sectores da sociedade de Macau.

Segundo as estatísticas, foram recebidos na presente consulta um total de 787 pareceres<sup>1</sup>, correspondente a 3.166 opiniões<sup>2</sup>. De acordo com o número de pareceres recebidos por diferentes vias, por ordem decrescente, a comunicação social (incluindo entrevistas, editoriais e programas radiofónicos, etc.) representa o maior volume, com um total de 292 pareceres correspondendo a 37,1 % do número total. Seguiram-se 284 pareceres apresentados por iniciativa própria da sociedade, correspondendo a 36,1 % do número total, dos quais 134 foram recolhidos nas sessões de consulta, 70 foram enviados por correio electrónico, 48 foram recolhidos na página electrónica temática e 32 foram apresentados por escrito. Em relação aos pareceres recolhidos na Internet, 211 pareceres foram apresentados através dos principais meios de comunicação social, correspondendo a 26,8% do número total, dos quais, 133 foram apresentados no *Facebook*, 75 foram apresentados através da plataforma do *WeChat* e 3 foram apresentados através de outros meios de comunicação social (*vide* o Gráfico 1).

A maioria das opiniões acima referidas é favorável ao documento de consulta do Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021 - 2025) apresentado pelo governo, correspondendo a uma percentagem de 76,2%. As opiniões de discordância são representativas de 3,5% e 20,3% das opiniões que assumiram posição neutra.

1 Entende-se por “um parecer” aquele que é pronunciado/apresentado por um residente/uma associação, numa ocasião/núm canal.

2 Considera-se o entendimento sobre vários âmbitos/tópicos, apresentados num parecer “várias opiniões”. Um parecer poderá conter várias opiniões.



O documento de consulta do Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021 - 2025) compreende seis títulos, vinte e dois capítulos, num total de 79 secções, abrangendo vários aspectos do desenvolvimento socioeconómico da RAEM. O presente relatório recolhe as opiniões da sociedade referente aos diferentes títulos, capítulos e temas do documento de consulta, entre os quais, o Título da “Promoção da optimização das acções vocacionadas para o bem-estar da população” que constitui a maior preocupação representa 28,4% do número total das opiniões recolhidas, segue-se o Título da “Aceleração da diversificação adequada da economia” que representa 21,4% do número total. Por outro lado, o Título da “Promoção da optimização das acções vocacionadas para o bem-estar da população” ganha o maior apoio, com uma taxa de 81,0%, segue-se o Título da “Elevação plena do nível da governação pública”, com uma taxa de apoio de 78,5%.

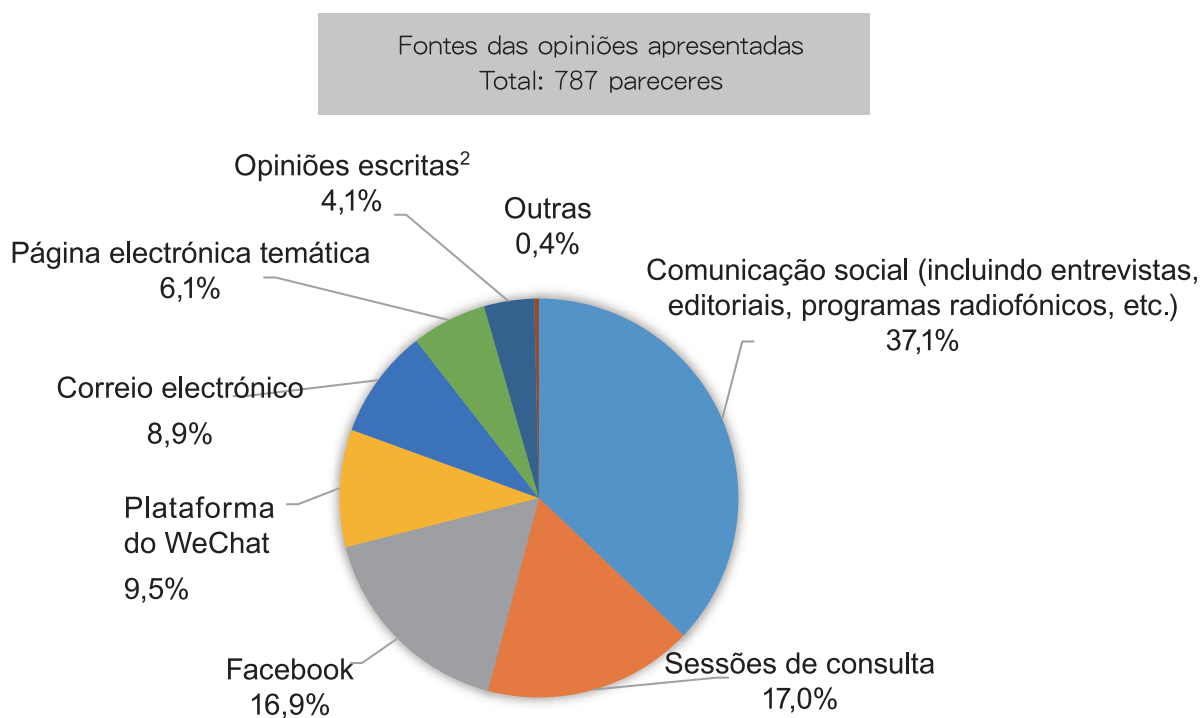


Gráfico 1: Fontes das opiniões apresentadas

Notas: 1. “Plataforma do *WeChat*” refere-se aos artigos publicados na conta oficial das diversas associações e instituições no *WeChat*.

2. “Opiniões escritas” são apenas as enviadas por correio à DSEPDR, os documentos electrónicos das opiniões enviadas por correio electrónico são classificados como meio de “correio electrónico”, e as opiniões escritas recolhidas nas sessões de consulta são classificadas como meio de “sessões de consulta”.

**Tabela 2 Distribuição das opiniões sobre o conteúdo de cada título e capítulo do Documento de Consulta**  
(787 pareceres divididos em 3.166 opiniões)

Tema	Total		Total		Total		Total	
	N.º	% <sup>1</sup>	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Atitude geral em relação ao Plano Quinquenal	3.166	100,0%	2.411	76,2%	111	3,5%	644	20,3%
Menção geral <sup>2</sup>	159	100,0%	106	66,7%	11	6,9%	42	26,4%
Título I. Fundamentos do plano e exigências gerais	162	100,0%	104	64,2%	18	11,1%	40	24,7%
Menção geral	8	100,0%	8	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Capítulo I. Ambiente de desenvolvimento	62	100,0%	38	61,3%	6	9,7%	18	29,0%
Capítulo II. Princípios básicos, objectivos e tarefas	92	100,0%	58	63,0%	12	13,0%	22	23,9%
Título II. Aceleração da diversificação adequada da economia	678	100,0%	517	76,3%	20	2,9%	141	20,8%
Menção geral	47	100,0%	33	70,2%	1	2,1%	13	27,7%
Capítulo III. Criação de uma estrutura industrial apropriadamente diversificada	481	100,0%	364	75,7%	13	2,7%	104	21,6%
Capítulo IV. Elevação da competitividade das pequenas e médias empresas	105	100,0%	86	81,9%	5	4,8%	14	13,3%
Capítulo V. Melhoria contínua do ambiente comercial	45	100,0%	34	75,6%	1	2,2%	10	22,2%
Título III. Promoção da optimização das acções vocacionadas para o bem-estar da população	900	100,0%	729	81,0%	24	2,7%	147	16,3%
Menção geral	5	100,0%	4	80,0%	1	20,0%	0	0,0%
Capítulo VI. Concretização ordenada da política "habitação de diferentes níveis"	159	100,0%	127	79,9%	10	6,3%	22	13,8%
Capítulo VII. Elevação dos níveis dos cuidados médicos e da saúde	141	100,0%	116	82,3%	3	2,1%	22	15,6%
Capítulo VIII. Garantia eficaz dos direitos e interesses de emprego dos residentes	44	100,0%	34	77,3%	1	2,3%	9	20,5%
Capítulo IX. Aperfeiçoamento do sistema do regime de segurança social	198	100,0%	168	84,8%	2	1,0%	28	14,1%
Capítulo X. Avanço no desenvolvimento de cultura, educação, juventude e talentos	353	100,0%	280	79,3%	7	2,0%	66	18,7%
Título IV. Promoção aprofundada na construção de uma cidade com condições ideais de vida	443	100,0%	332	74,9%	18	4,1%	93	21,0%
Menção geral	5	100,0%	3	60,0%	1	20,0%	1	20,0%
Capítulo XI. Coordenação na promoção da construção urbana	148	100,0%	108	73,0%	8	5,4%	32	21,6%
Capítulo XII. Aperfeiçoamento contínuo das infra-estruturas urbanas	58	100,0%	46	79,3%	2	3,4%	10	17,2%
Capítulo XIII. Optimização profunda do ordenamento do transporte urbano	93	100,0%	61	65,6%	4	4,3%	28	30,1%
Capítulo XIV. Protecção proactiva do ambiente natural e ecológico	139	100,0%	114	82,0%	3	2,2%	22	15,8%

Notas: 1. A soma das parcelas de cada pode não perfazer do total, devido a arredondamentos (as mesmas condições se aplicam a outras tabelas neste relatório).

2. Menção geral: isto é, menciona nas opiniões o conteúdo deste título, mas não são apresentadas opiniões concretas.

Título V. Elevação plena do nível da governação pública	219	100,0%	172	78,5%	7	3,2%	40	18,3%
Menção geral	4	100,0%	2	50,0%	1	25,0%	1	25,0%
Capítulo XV. Aperfeiçoamento do sistema de defesa da segurança nacional	25	100,0%	21	84,0%	0	0,0%	4	16,0%
Capítulo XVI. Aperfeiçoamento do sistema jurídico	28	100,0%	21	75,0%	0	0,0%	7	25,0%
Capítulo XVII. Aprofundamento da reforma da gestão da Administração Pública	101	100,0%	79	78,2%	6	5,9%	16	15,8%
Capítulo XVIII. Aperfeiçoamento do sistema de protecção de segurança da cidade	61	100,0%	49	80,3%	0	0,0%	12	19,7%
Título VI. Melhor integração na conjuntura geral do desenvolvimento nacional	532	100,0%	405	76,1%	7	1,3%	120	22,6%
Menção geral	42	100,0%	31	73,8%	0	0,0%	11	26,2%
Capítulo XIX. Aceleração da construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin	360	100,0%	278	77,2%	7	1,9%	75	20,8%
Capítulo XX. Participação empenhada na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau	69	100,0%	47	68,1%	0	0,0%	22	31,9%
Capítulo XXI. Consolidação da construção da Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa	38	100,0%	29	76,3%	0	0,0%	9	23,7%
Capítulo XXII. Participação e apoio à construção de “Uma Faixa, Uma Rota”	23	100,0%	20	87,0%	0	0,0%	3	13,0%
Outros	73	100,0%	46	63,0%	6	8,2%	21	28,8%

## II. Síntese de análise

### 1. Título I. Fundamentos do plano e exigências gerais

#### 1) Capítulo I. Ambiente de desenvolvimento

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém duas secções: (1) situação de execução do 1.º Plano Quinquenal e (2) desafios de desenvolvimento de Macau com o 2.º Plano Quinquenal, foi recolhido um total de 62 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à situação de execução do 1.º Plano Quinquenal, foi recebido um total de 50 opiniões, a maioria das quais referiram que, de um modo geral, o Governo da RAEM já concluiu os principais objectivos e tarefas definidos no Plano; que foram promovidos os trabalhos relativos ao desenvolvimento económico, ao melhoramento da qualidade de vida da população, à construção urbana, à boa governação e governação conforme a lei, etc.; e que a avaliação do Governo sobre a execução do 1.º Plano Quinquenal seja, sobretudo, pragmática, e também relativamente abrangente e objectiva. Além disso, existem também opiniões que apontaram que a elaboração e a execução do 1.º Plano Quinquenal

tem explorado activamente e acumulado valiosas experiências para a elaboração sucessiva do novo Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM e os resultados obtidos devem ser reconhecidos e promovidos, sendo resumidas e tendo como referência as experiências, de forma a resolver os problemas contraditórios.

Segundo, no que diz respeito à tendência de desenvolvimento que Macau enfrenta durante o período do 2.º Plano Quinquenal, o número total de opiniões é de 10, a maioria das quais mencionou que Macau deve fomentar novas forças motrizes para o desenvolvimento, articulando-se com o 14.º Plano Quinquenal Nacional, por forma a integrar-se melhor na conjuntura geral do desenvolvimento nacional e aumentar a competitividade global de Macau. Ademais, existem também opiniões que consideram que se deve estar correctamente ciente e desempenhar bem o papel e o posicionamento dados pelo País a Macau, para desenvolver as próprias vantagens e servir as necessidades do País.

**Tabela 3 Número de opiniões sobre o Capítulo I**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo I. Ambiente de desenvolvimento</b>	<b>62</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	2	3,2%
1. Situação de execução do 1.º Plano Quinquenal	50	80,6%
2. Desafios de desenvolvimento de Macau com o 2.º Plano Quinquenal	10	16,1%

## **2) Capítulo II. Princípios básicos, objectivos e tarefas**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo, foi recebido um total de 92 opiniões, sendo incluídas duas secções neste capítulo, a saber (1) princípios Básicos e (2) objectivos do desenvolvimento e tarefas principais. As opiniões mais representativas são as seguintes:

Primeiro, quanto aos princípios básicos, o número total de opiniões foi de 6. Há mais opiniões na sociedade a favor e que suportam os princípios básicos existentes no texto de consulta do Segundo Plano Quinquenal.

Segundo, no que concerne aos objectivos de desenvolvimento e tarefas principais, 81 opiniões foram recebidas. De entre estas, há mais opiniões na sociedade a referir os principais indicadores do desenvolvimento socioeconómico do período do 2.º Plano Quinquenal, a cientificidade e a exactidão dos indicadores, o aumento dos indicadores que reflectem a diversificação adequada e a estratégia orientada

para a inovação, bem como dos no âmbito da habitação e da segurança social. Além disso, há opiniões que sugerem a divisão de objectivos a curto, médio e longo prazo.

**Tabela 4 Número de opiniões sobre o Capítulo II**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo II. Princípios básicos, objectivos e tarefas</b>	<b>92</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	5	5,4%
1. Princípios básicos	6	6,5%
2. Objectivos do desenvolvimento e tarefas principais	81	88,0%

## 2. Título II. Aceleração da diversificação adequada da economia

### 3) Capítulo III. Criação de uma estrutura industrial apropriadamente diversificada

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que inclui 7 secções: (1) concepções gerais para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, (2) como ponto de partida a investigação, o desenvolvimento e o fabrico dos produtos da MTC para fomentar o desenvolvimento da indústria de saúde, (3) aceleração do desenvolvimento das finanças modernas, (4) impulsionamento da inovação tecnológica e o desenvolvimento da indústria de tecnologias avançadas, (5) impulsionamento do desenvolvimento das indústrias culturais e desportivas, (6) consolidação e melhoramento do sector de turismo e lazer integrado, e (7) promoção de novo desenvolvimento dos outros sectores, foi recolhido um total de 481 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, em relação às concepções gerais para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, o número total das opiniões foi de 22. Dentro das opiniões, a sociedade em geral está a favor da aceleração da diversificação adequada da economia de Macau, reconhecendo que sejam indústrias prioritárias no futuro a indústria de medicina tradicional chinesa (MTC) e de saúde, a indústria das finanças modernas, a indústria das tecnologias novas e avançadas, as indústrias de cultura, turismo e desporto, assim como a indústria de convenções, exposições e comércio. Também há opiniões que indicaram que o desenvolvimento estável do sector do jogo deve servir como base para a promoção da diversificação adequada da economia; e que a par do impulsionamento da diversificação adequada da economia, Macau deve acelerar a recuperação da indústria de turismo após a epidemia.

---

Segundo, foram recolhidos 59 opiniões no total, em relação ao fomento do desenvolvimento da indústria de saúde, tendo como ponto de partida a investigação, o desenvolvimento e o fabrico dos produtos da MTC. De entre estas, a sociedade preocupa-se mais de assuntos como o registo e a venda dos medicamentos tradicionais chineses produzidos em Macau no Interior da China; como melhor aproveitar as vantagens da indústria da saúde de Macau; a criação de um centro internacional de inspecção da MTC; o desenvolvimento de “Turismo + Saúde”; o aperfeiçoamento das instalações complementares de *hardware* e *software* da indústria da MTC, entre outros. Existem ainda opiniões que questionam se a investigação e o desenvolvimento da MTC poderão produzir resultados dentro de cinco anos; e o ambiente limitado para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas locais em prol da MTC, etc..

Terceiro, quanto à aceleração do desenvolvimento das finanças modernas, o número de opiniões foi de 83. Dentro das opiniões, a sociedade defende mais a aceleração da construção de infra-estruturas corpóreas e incorpóreas do mercado de obrigações; a promoção do desenvolvimento das finanças verdes através dos meios financeiros e da criação de diplomas legais; o impulsionamento da construção da bolsa de valores de Macau; o aumento da capacidade de prevenção de riscos das reservas governamentais; o reforço da cooperação na supervisão financeira entre Guangdong e Macau; o melhoramento do ambiente para o desenvolvimento da locação financeira; o desenvolvimento das finanças verdes; o melhor empenho no papel orientador das finanças modernas para outras indústrias, entre outros.

Quarto, no âmbito do impulsionamento da inovação tecnológica e o desenvolvimento da indústria de tecnologias avançadas, foi recolhido um total de 59 opiniões e a sociedade presta mais atenção à revisão do regime de administração do pessoal docente das instituições de ensino públicas, com vista a elevar a capacidade de inovação e de transformação das instituições de ensino superior; ao lançamento de mais políticas e medidas para a promoção da integração Indústria-Universidade-Pesquisa; ao aumento do investimento na investigação científica e tecnológica; e à promoção do desenvolvimento da indústria de popularização das ciências, entre outros.

Quinto, relativamente ao impulsionamento do desenvolvimento das indústrias culturais e desportivas, o número total de opiniões foi de 59. De entre estas opiniões, a sociedade está mais atenta a como realizar a integração sinérgica das indústrias culturais e desportivas com a indústria do turismo; ao incentivo e o apoio dado às empresas do jogo na organização de actividades multiculturais e desportivas; ao aumento do valor de mercado das actividades culturais e desportivas; ao reforço na cooperação cultural e desportiva com a Grande Baía por parte de Macau; à formação de uma cadeia

industrial relacionada com a indústria desportiva; ao lançamento das políticas de apoio preciso às indústrias culturais e criativas; ao desenvolvimento da indústria de desportos electrónicos, etc..

Sexto, 132 opiniões estão relacionadas com a consolidação e melhoramento do sector de turismo e lazer integrado. Nestas opiniões, os temas que têm chamado atenção da sociedade em geral são a revisão das leis do jogo e os trabalhos relativos ao novo concurso para a atribuição das concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar; o apoio ao desenvolvimento estável do sector do jogo e o reforço da fiscalização do sector; o desempenho do papel de locomotiva das operadoras do jogo em Macau, para incentivar o desenvolvimento dos outros sectores; a implementação da estratégia do desenvolvimento e da integração intersectorial do modelo de “Turismo +”, de modo a aumentar os elementos turísticos mais diversificados; e o aumento do papel do sector de convenções e exposições como força motriz para o desenvolvimento de turismo integrado.

Sétimo, em termos de promoção de novo desenvolvimento dos outros sectores, foram recebidas 40 opiniões. Das quais algumas prestam atenção ao planeamento do desenvolvimento industrial de Macau, ao desenvolvimento da indústria manufactureira dos equipamentos de jogo em Macau; aos problemas relativos à certificação, inspecção e quarentena dos produtos fabricados em Macau para o Interior da China.

**Tabela 5 Número de opiniões sobre o Capítulo III**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo III. Criação de uma estrutura industrial apropriadamente diversificada</b>	<b>481</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	27	5,6%
1. Concepções gerais para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia	22	4,6%
2. Como ponto de partida a investigação, o desenvolvimento e o fabrico dos produtos da MTC para fomentar o desenvolvimento da indústria de saúde	59	12,3%
3. Aceleração do desenvolvimento das finanças modernas	83	17,3%
4. Impulsão da inovação tecnológica e o desenvolvimento da indústria de tecnologias avançadas	59	12,3%
5. Impulsão do desenvolvimento das indústrias culturais e desportivas	59	12,3%
6. Consolidação e melhoramento do sector de turismo e lazer integrado	132	27,4%
7. Promoção de novo desenvolvimento dos outros sectores	40	8,3%



#### 4) Capítulo IV. Elevação da competitividade das pequenas e médias empresas

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém duas secções: (1) aperfeiçoamento das políticas e medidas de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs) e (2) apoio ao desenvolvimento inovador das pequenas e médias empresas, foi recolhido um total de 105 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne ao aperfeiçoamento do apoio ao desenvolvimento das PMEs, foram recebidas 61 opiniões. Das quais algumas esperam que o Governo melhore as medidas de apoio às PMEs e as apoie na sua reconversão e valorização; os proprietários das propriedades públicas e particulares reduzam as rendas; se aperfeiçoe o mecanismo de desenvolvimento cooperativo entre as grandes empresas e as PMEs; se procure atrair turistas para promover a economia comunitária; se melhore o ambiente comercial das zonas antigas; se introduza uma certa quantidade de mão-de-obra qualificada tendo em conta a garantia de prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, entre outros.

Segundo, no que concerne ao apoio ao desenvolvimento inovador das PMEs, foram recebidas 30 opiniões. Das quais algumas propõem o reforço de cooperação entre as PMEs e as instituições de ensino superior locais para promover a reconversão e a valorização das empresas; o fornecimento de cursos de formação mais abrangentes em matéria de empreendedorismo; o reforço de promoção de generalização do pagamento electrónico; a promoção de exposição comercial electrónica transfronteiriça; a promoção de desenvolvimento divergente entre os elementos não associados ao jogo das empresas de jogos e as PMEs de Macau; a prestação de apoio aos projectos de empreendedorismo dos jovens, relacionados com as principais indústrias emergentes; a possibilidade de considerar a participação prioritária das micro, pequenas e médias empresas na construção dos acessórios comerciais na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin, entre outros.

**Tabela 6 Número de opiniões sobre o Capítulo IV**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo IV. Elevação da competitividade das pequenas e médias empresas</b>	<b>105</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	14	13,3%
1. Aperfeiçoamento das políticas e medidas de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas	61	58,1%
2. Apoio ao desenvolvimento inovador das pequenas e médias empresas	30	28,6%

## 5) Capítulo V. Melhoria contínua do ambiente comercial

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém duas secções: (1) aperfeiçoamento da legislação e dos regulamentos legais da área económica e (2) aperfeiçoamento do serviço público, foi recolhido um total de 45 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne ao aperfeiçoamento da legislação e dos regulamentos legais da área económica, foram recebidas 10 opiniões. Das quais algumas propõem o aperfeiçoamento de legislação relativa ao pagamento electrónico; o aperfeiçoamento de regulamento administrativo e regime de fiscalização relativos às indústrias relacionadas com a diversificação adequada da economia, entre outros.

Segundo, no que concerne ao aperfeiçoamento do serviço público, foram recebidas 15 opiniões. Das quais algumas propõem a simplificação de procedimentos de apreciação e autorização dos pedidos de comércio diversos; o apoio às PME's na expansão dos seus negócios na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin; a promoção de trabalhos relativos aos serviços electrónicos e "one-stop"; a optimização contínua de trabalhos relativos à atracção de investimentos e de negócios; entre outros.

**Tabela 7 Número de opiniões sobre o Capítulo V**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo V. Melhoria contínua do ambiente comercial</b>	<b>45</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	20	44,4%
1. Aperfeiçoamento da legislação e dos regulamentos legais da área económica	10	22,2%
2. Aperfeiçoamento do serviço público	15	33,3%

---

### **3. Título III. Promoção da optimização das acções vocacionadas para o bem-estar da população**

#### **6) Capítulo VI. Concretização ordenada da política “habitação de diferentes níveis”**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém quatro secções: (1) concretização do plano de oferta de habitação pública, (2) concretização, de forma ordenada, da construção da habitação para a classe sanduíche, (3) desenvolvimento da construção da residência para idosos e (4) impulsionamento ao desenvolvimento saudável do mercado imobiliário, foi recolhido um total de 159 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à concretização do plano de oferta de habitação pública, foram recebidas 43 opiniões, a maioria das quais propõe ao Governo a concretização ordenada do compromisso de três concursos de habitação económica e a divulgação junto da sociedade do número de fracções a disponibilizar futuramente no mercado de habitação.

Segundo, no que concerne à concretização, de forma ordenada, da construção da habitação para a classe sanduíche, foram recebidas 51 opiniões, a maioria das quais propõe a promoção de produção legislativa da habitação para a classe sanduíche e a concretização da sua construção, durante o período do 2.º Plano Quinquenal.

Terceiro, no que concerne ao desenvolvimento da construção da residência para idosos, foram recebidas 25 opiniões. Das quais algumas propõem que, para além de dar gradualmente início aos trabalhos de construção da residência para idosos, seja necessário acelerar a elaboração dos diplomas complementares. Existem também opiniões que incidem sobre se haverá a segunda fase de residência para idosos nos próximos quatro anos. Por outro lado, existem também opiniões que consideram que, na residência para idosos podem ser introduzidas empresas sociais para os idosos trabalharem nas mesmas.

Quarto, no que concerne ao impulsionamento ao desenvolvimento saudável do mercado imobiliário, foram recebidas 3 opiniões. Das quais algumas referem que é pouco o conteúdo de garantia do desenvolvimento saudável e estável do mercado imobiliário privado, devendo ser enriquecido esse conteúdo.

Tabela 8 Número de opiniões sobre o Capítulo VI

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo VI. Concretização ordenada da política “habitação de diferentes níveis”</b>	<b>159</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	37	23,3%
1. Concretização do plano de oferta de habitação pública	43	27,0%
2. Concretização, de forma ordenada, da construção da habitação para a classe sanduíche	51	32,1%
3. Desenvolvimento da construção da residência para idosos	25	15,7%
4. Impulsão ao desenvolvimento saudável do mercado imobiliário	3	1,9%

## 7) Capítulo VII. Elevação dos níveis dos cuidados médicos e da saúde

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém cinco secções: 1) elevação do nível de gestão da saúde pública, (2) elevação do nível de serviço de saúde, (3) aperfeiçoamento do sistema de segurança médica, apoio ao desenvolvimento das instituições de saúde sem fins lucrativos e privadas, (4) intensificação da cooperação inter-regional na área de saúde e (5) desenvolvimento da actividade do desporto e elevação da aptidão física dos residentes, foi recolhido um total de 141 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à elevação do nível de gestão da saúde pública, foram recebidas 7 opiniões, a maioria das quais considera que se deve reforçar o aperfeiçoamento das medidas de prevenção e controlo da pandemia, promover a troca de informações entre Guangdong e Macau, articular com os padrões nacionais no âmbito da inoculação de vacina e da pesquisa epidemiológica, procurar o reconhecimento mútuo da vacinação junto ao Interior da China, entre outros.

Segundo, no que concerne à elevação do nível de serviço de saúde, foram recebidas 47 opiniões. Das quais algumas incidem sobre o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, tais como, a possibilidade da conclusão atempada da sua construção, a adopção ou não do regime de parcerias público-privadas, o seu modelo de funcionamento, entre outros. Por outro lado, existem opiniões que propõem o reforço de formação profissional dos médicos e o melhoramento de formação do pessoal de enfermagem.

Terceiro, no que concerne ao aperfeiçoamento do sistema de segurança médica, apoio ao

desenvolvimento das instituições de saúde sem fins lucrativos e privadas, foram recebidas 28 opiniões. Das quais algumas referem que se deve dar importância ao desenvolvimento equilibrado dos hospitais públicos e privados, reforçar o apoio aos cuidados de saúde do sector privado, especialmente aos jovens médicos de medicina ocidental e de medicina tradicional chinesa, melhorar a situação de ambiente de operação difícil e de salário baixo, entre outros.

Quarto, no que concerne à intensificação da cooperação inter-regional na área de saúde, foram recebidas 7 opiniões. Das quais algumas referem o incentivo das empresas de medicina tradicional chinesa a deslocarem-se às cidades da Grande Baía para intercâmbio e aprendizagem. Existem também opiniões que apontam a falta grave de talentos na indústria da medicina tradicional chinesa, sugerindo a profissionalização dos mesmos, uma avaliação para a certificação das três regiões e o emprego nas três regiões.

Quinto, no que concerne ao desenvolvimento da actividade do desporto e elevação da aptidão física dos residentes, foram recebidas 26 opiniões. Das quais algumas referem que se deve proceder a uma investigação sobre a procura e oferta de espaços desportivos e consideram que os terrenos desaproveitados podem ser aproveitados para a exploração de espaços desportivos. Por outro lado, existem também opiniões que indicam que se deve reforçar a formação dos atletas no âmbito do desenvolvimento do desporto de rendimento.

**Tabela 9 Número de opiniões sobre o Capítulo VII**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo VII. Elevação dos níveis dos cuidados médicos e da saúde</b>	<b>141</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	26	18,4%
1. Elevação do nível de gestão da saúde pública	7	5,0%
2. Elevação do nível de serviço de saúde	47	33,3%
3. Aperfeiçoamento do sistema de segurança médica, apoio ao desenvolvimento das instituições de saúde sem fins lucrativos e privadas	28	19,9%
4. Intensificação da cooperação inter-regional na área de saúde	7	5,0%
5. Desenvolvimento da actividade do desporto e elevação da aptidão física dos residentes	26	18,4%

## **8) Capítulo VIII. Garantia eficaz dos direitos e interesses de emprego dos residentes**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém quatro secções: (1) garantia da prioridade dos residentes no acesso ao emprego; (2) reforço da competitividade no emprego dos residentes; (3) reforço da fiscalização dos trabalhadores não residentes e (4) reforço da garantia dos direitos e interesses laborais, foi recolhido um total de 44 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à garantia da prioridade dos residentes no acesso ao emprego, foram recebidas 19 opiniões, a maioria das quais incidiu sobre a política de garantia da prioridade dos residentes no acesso ao emprego; o apoio aos residentes na resolução dos problemas do emprego; o apoio aos jovens no planeamento do desenvolvimento da sua carreira profissional; a criação de padrões de técnicas profissionais; a promoção de mobilidade vertical e horizontal, entre outros.

Segundo, no que concerne ao reforço da competitividade no emprego dos residentes, foram recebidas 14 opiniões, a maioria das quais incidiu sobre o fornecimento de mais oportunidades de aprendizagem e formação; o reforço de formação técnico-profissional focada; a melhor formação de equipas de quadros qualificados com vista ao alargamento da localização de cargos de nível médio e alto para todos os sectores, entre outros.

Terceiro, no que concerne ao reforço da fiscalização dos trabalhadores não residentes, foram recebidas 3 opiniões, a maioria das quais incidiu sobre a percentagem de trabalhadores locais contratados para as obras públicas do Governo e o aperfeiçoamento do mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes.

Quarto, no que concerne ao reforço da garantia dos direitos e interesses laborais, foram recebidas 4 opiniões. Das quais algumas propõem a definição de idade legal de aposentação e o estudo de viabilidade do prolongamento da referida idade.

**Tabela 10 Número de opiniões sobre o Capítulo VIII**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo VIII. Garantia eficaz dos direitos e interesses de emprego dos residentes</b>	<b>44</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	4	9,1%
1. Garantia da prioridade dos residentes no acesso ao emprego	19	43,2%
2. Reforço da competitividade no emprego dos residentes	14	31,8%
3. Reforço da fiscalização dos trabalhadores não residentes	3	6,8%
4. Reforço da garantia dos direitos e interesses laborais	4	9,1%

### **9) Capítulo IX. Aperfeiçoamento do sistema do regime de segurança social**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém seis secções: (1) promoção da implementação do regime da segurança social de dois níveis; (2) apoio à comunidade mais carenciada; (3) garantia dos direitos e interesses das pessoas portadoras de deficiência; (4) promoção do desenvolvimento de serviços sociais e da construção de instalações; (5) garantia dos direitos e interesses das mulheres e crianças e (6) resposta activa ao envelhecimento da população, foi recolhido um total de 198 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à promoção da implementação do regime da segurança social de dois níveis, foram recebidas 7 opiniões. Entre estas, há opiniões no sentido de que o governo deve criar um sistema de aumento contínuo da pensão para idosos. Além disso, também se opina que o governo deve implementar mais medidas incentivadoras para estimular a adesão ao regime de previdência central por parte das micro, pequenas e médias empresas, promovendo a transição gradual para a obrigatoriedade do regime de previdência central.

Segundo, acerca do apoio à comunidade mais carenciada, foram recolhidas 15 opiniões. Algumas opiniões referem que se deve manter a sujeição do mecanismo de ajustamento do valor do Risco Social a duas avaliações por ano, para se poder avaliar se o valor do Risco Social em vigor é suficiente para assegurar as despesas básicas de vida da comunidade mais carenciada, garantindo-lhe uma qualidade de vida inalterada apesar da inflação ou outras circunstâncias. Por outro lado, há também opiniões que sugerem mais oportunidades de aprendizagem e formação para os desempregados permanentes



e indivíduos de baixo rendimento, de modo a elevar os seus níveis culturais, reforçando as formações técnicas profissionais específicas para consolidar a sua empregabilidade.

Terceiro, quanto à garantia dos direitos e interesses das pessoas portadoras de deficiência, foi recolhido um total de 9 opiniões. Muitas delas focaram o problema de colocação no emprego dessas pessoas, portadoras de deficiência. Há opiniões no sentido de que se deve favorecer a criação de associações de acção social não lucrativas, bem como a operação, sob forma comercial, do “Projecto de Empresa Social” de carácter da empresa social, de modo a aumentar a sua oportunidade para emprego. Ademais, preocupam-se com a saúde mental das pessoas portadoras de deficiência, protegendo os seus direitos e interesses.

Quarto, relativamente à promoção do desenvolvimento de serviços sociais e da construção de instalações, foram recebidas 14 opiniões, muitas das quais propõem que se deve apoiar e alargar o cuidado doméstico e comunitário.

Quinto, a propósito da garantia dos direitos e interesses das mulheres e crianças, foram recolhidas 58 opiniões. Entre elas, há vozes no sentido de que se deve propor, no Quadro 14 do Segundo Plano Quinquenal, a elaboração das linhas gerais do desenvolvimento das mulheres, no contexto da implementação ordenada dos “objectivos do desenvolvimento das mulheres”. Ademais, opina-se que o “desenvolvimento das crianças” também necessita de um planeamento clarividente, sendo de esperar que o primeiro objectivo do desenvolvimento das crianças possa ser definido durante o período do Segundo Plano Quinquenal.

Sexto, em relação à resposta activa ao envelhecimento da população, foi recebido um total de 92 opiniões, algumas das quais incidem sobre o aprofundamento das medidas relativas ao impulso da procriação e cuidado de excelência. Propõe-se que o conteúdo do documento deve conter um mapa de prolongamento expresso das licenças de maternidade e de paternidade. Espera-se, em simultâneo, que o governo desagrave os conflitos entre a família e o emprego dos residentes, em prol da construção de uma cidade amiga da procriação. Para além disso, existem opiniões que apontam para o lançamento de uma plataforma de serviços electrónicos, amigável aos idosos. Há ainda quem opine sobre a criação de um sistema de apoio regular na comunidade, abrindo cursos de instrução informática para as pessoas de terceira idade.

**Tabela 11 Número de opiniões sobre o Capítulo IX**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo IX. Aperfeiçoamento do sistema do regime de segurança social</b>	<b>198</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	3	1,5%
1. Promoção da implementação do regime da segurança social de dois níveis	7	3,5%
2. Apoio à comunidade mais carenciada	15	7,6%
3. Garantia dos direitos e interesses das pessoas portadoras de deficiência	9	4,5%
4. Promoção do desenvolvimento de serviços sociais e da construção de instalações	14	7,1%
5. Garantia dos direitos e interesses das mulheres e crianças	58	29,3%
6. Resposta activa ao envelhecimento da população	92	46,5%

## **10) Capítulo X. Avanço no desenvolvimento de cultura, educação, juventude e talentos**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém cinco secções: (1) promoção da criação da “Base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de diversas culturas”; (2) promoção do desenvolvimento coordenado da educação; (3) reforço das acções vocacionadas para a juventude; (4) reforço da formação de quadros qualificados e (5) regime de introdução de quadros qualificados inovadores, foi recolhido um total de 353 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, relativamente à promoção da criação da “Base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de diversas culturas”, foram recebidas 27 opiniões. Algumas delas propõem a cooperação público-privada na gestão das instalações de património cultural, impulsionando a presença da educação sobre o património cultural nas escolas e acelerando a implementação do Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau. Também é mencionada a promoção da integração cultural dos residentes da Grande Baía, assim como a integração cultural da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, sob o contexto de “Um País, Dois Sistemas”. Há ainda outras opiniões que contemplam sobre a promoção do desenvolvimento religioso-cultural.

Segundo, acerca da promoção do desenvolvimento coordenado da educação, foi recolhido um total

de 97 opiniões, dentro das quais, muitas se reportam à valorização da educação patriótica e da educação de tecnologia informática. E ainda, menciona-se a elaboração das medidas que criam condições favoráveis para os académicos estrangeiros virem para Macau exercer actividades pedagógicas ou elaborar pesquisas, a curto prazo. Existem também opiniões que apontam para a alteração do “Quadro Geral (do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior)” durante o período do Segundo Plano Quinquenal. Outrossim, é proposta a adição do conteúdo relacionado com o desenvolvimento das instituições de ensino superior ao Plano, para um maior equilíbrio, em termos de prioridade, entre as instituições públicas e privadas. Ademais, há vozes que chamam a atenção para a ausência de conteúdo que se relaciona, nomeadamente, com o aperfeiçoamento contínuo dos professores locais, com a aplicação do sistema de “aulas ministradas por docente formado na respectiva área” à fase do ensino primário e com o desenvolvimento profissional dos trabalhadores educativos do ensino não superior.

Terceiro, quanto ao reforço das acções vocacionadas para a juventude, foram recebidas 65 opiniões. Muitas delas atentam para temas tais como, a cultivação da resiliência dos jovens, o desenvolvimento da capacidade de lidar com as emoções e da competência comunicativa dos estudantes jovens, bem como o aproveitamento de megadados em prol do desenvolvimento da saúde física dos estudantes adolescentes. Há também opiniões no sentido de estimular os jovens para procurarem oportunidades e patamar de desenvolvimento na zona de cooperação aprofundada, ajudando a juventude local a incorporar-se na Grande Baía e no país.

Quarto, no que concerne ao reforço da formação de quadros qualificados, soma um total de 90 opiniões, muitas das quais mencionam a coordenação activa dos quadros qualificados e da força académica, tendo como suporte as instituições de ensino superior. Há quem proponha o reforço da formação dos docentes promotores do conhecimento científico. Além disso, não faltam vozes a indicar que se deve fixar indicadores para a “dimensão populacional” e quadros qualificados de Macau, preparando-se para o desenvolvimento socioeconómico local a médio e longo prazo. É proposta, ainda, a criação de um mecanismo de partilha de quadros qualificados, assim como a promoção da certificação da qualificação profissional em Macau, aperfeiçoando a articulação e o reconhecimento mútuo das qualificações profissionais com Hengqin e até com o Interior da China.

Quinto, em relação ao regime de introdução de quadros qualificados inovadores, foi recolhido um total de 72 opiniões, a maioria das quais atenta para o facto de que o Regime de Captação de Quadros Qualificados tem de se articular com o desenvolvimento socioeconómico. Quanto às renovações

do regime no domínio de importação de quadros qualificados, apontam maioritariamente para o aperfeiçoamento da legislação nesse âmbito. Por outro lado, realça-se a necessidade de reforçar o traçado do planeamento global, sendo entretanto essencial criar uma estrutura de avaliação e introduzir critérios para melhorar o regime. No que diz respeito à área ou tipo de quadros qualificados a importar, muitos esperam a captação prioritária de talentos líderes dos sectores em destaque.

**Tabela 12 Número de opiniões sobre o Capítulo X**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo X. Avanço no desenvolvimento de cultura, educação, juventude e talentos</b>	<b>353</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	2	0,6%
1. Promoção da criação da “Base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de diversas culturas”	27	7,6%
2. Promoção do desenvolvimento coordenado da educação	97	27,5%
3. Reforço das acções vocacionadas para a juventude	65	18,4%
4. Reforço da formação de quadros qualificados	90	25,5%
5. Regime de introdução de quadros qualificados inovadores	72	20,4%

#### **4. Título IV. Promoção aprofundada na construção de uma cidade com condições ideais de vida**

##### **11) Capítulo XI. Coordenação na promoção da construção urbana**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém quatro secções: (1) melhoramento do planeamento urbanístico; (2) aproveitamento racional dos terrenos; (3) promoção da renovação urbana e (4) gestão e aproveitamento científico das áreas marítimas, foi recolhido um total de 148 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne ao melhoramento do planeamento urbanístico, foram recebidas 11 opiniões, a maioria das quais incide sobre a delimitação funcional e o desenvolvimento dos planos de pormenor das diversas zonas. Existem também opiniões que consideram que se deve coordenar com a situação de desenvolvimento de Hengqin na promoção do Plano Director.

Segundo, a respeito do aproveitamento racional dos terrenos, foi recebido um total de 41 opiniões,

a maior parte das quais manifesta a esperança de que sejam planeados e aproveitados racionalmente os terrenos não aproveitados. Há também opiniões que sugerem aumentar a reserva dos terrenos destinados à habitação intervencionada, reservar terrenos para os projectos de desenvolvimento privados, e aumentar o espaço para as actividades recreativas e desportivas e os espaços verdes, entre outros.

Terceiro, quanto à promoção da renovação urbana, foram recolhidas 70 opiniões que atentam no trabalho legislativo do Regime Jurídico da Renovação Urbana, na aceleração de concretização dos trabalhos nos âmbitos da habitação para troca e habitação para alojamento temporário, no melhoramento e reordenamento do ambiente de vida dos residentes dos bairros antigos, etc..

Quarto, em relação à questão da gestão e aproveitamento científico das áreas marítimas, foram apresentadas 18 opiniões, entre as quais algumas prestam atenção ao zoneamento marítimo funcional e à direcção de desenvolvimento do trânsito marítimo, e algumas propõem a aceleração de desenvolvimento dos trabalhos legislativos de diplomas acerca do aproveitamento das áreas marítimas, o reforço de cooperação com o Interior da China no âmbito de desenvolvimento da economia marítima, a reserva de espaço para espelhos de água, etc..

**Tabela 13 Número de opiniões sobre o Capítulo XI**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XI. Coordenação na promoção da construção urbana</b>	<b>148</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	8	5,4%
1. Melhoramento do planeamento urbanístico	11	7,4%
2. Aproveitamento racional dos terrenos	41	27,7%
3. Promoção da renovação urbana	70	47,3%
4. Gestão e aproveitamento científico das áreas marítimas	18	12,2%

## **12) Capítulo XII. Aperfeiçoamento contínuo das infra- estruturas urbanas**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém quatro secções: (1) melhoramento das instalações municipais; (2) aceleração da construção de novos tipos de infra-estruturas; (3) garantia do fornecimento de energia e (4) garantia do abastecimento de água, foi recolhido um total de 58 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, quanto ao melhoramento das instalações municipais, foram recebidas 26 opiniões que atentam nos trabalhos de melhoramento das instalações municipais relativas ao lazer, à cultura, ao desporto e às deslocações para os residentes, na elevação de nível da arborização urbana, nas instalações internas e complementares do complexo municipal de mercado, entre outros.

Segundo, no que toca à aceleração da construção de novos tipos de infra-estruturas, foram recolhidas 14 opiniões que atentam no trabalho legislativo relativo à Lei das Telecomunicações e outras leis relacionadas, na aceleração do estabelecimento da rede 5G, na construção da cidade inteligente, etc..

Terceiro, relativamente à garantia do fornecimento de energia, foram apresentadas 7 opiniões que incidem no trabalho de melhoramento das instalações de produção de energia eléctrica e na construção de galerias técnicas na Zona A.

Quarto, em relação à garantia do abastecimento de água, não foi recebida qualquer opinião.

**Tabela 14 Número de opiniões sobre o Capítulo XII**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XII. Aperfeiçoamento contínuo das infra-estruturas urbanas</b>	<b>58</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	11	19,0%
1. Melhoramento das instalações municipais	26	44,8%
2. Aceleração da construção de novos tipos de infra-estruturas	14	24,1%
3. Garantia do fornecimento de energia	7	12,1%
4. Garantia do abastecimento de água	0	0,0%

### **13) Capítulo XIII. Optimização profunda do ordenamento do transporte urbano**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém duas secções: (1) aperfeiçoamento da rede de transportes marítimos, terrestres e aéreos e (2) melhoramento da gestão de transportes, foi recolhido um total de 93 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que respeita ao aperfeiçoamento da rede de transportes marítimos, terrestres e aéreos, foram recebidas 45 opiniões, entre as quais algumas incidem no melhoramento e construção das instalações complementares rodoviárias das diferentes zonas de Macau, e algumas propõem definir o

planeamento geral do trânsito, acelerar a disposição do planeamento do metro ligeiro e os seus trabalhos de construção, proceder efectivamente à expansão do aeroporto, atrair a afixação de mais bases operacionais de companhias aéreas em Macau, coordenar uma boa articulação com a rede de transporte do Interior da China, aperfeiçoar o planeamento das infra-estruturas rodoviárias nos diversos postos fronteiriços, melhorar a ligação sem interrupção entre os centros intermodais de transporte, aumentar o número de pistas para bicicletas, etc..

Segundo, a respeito do melhoramento da gestão de transportes, foram apresentadas 39 opiniões que apontam que se deve continuar a dar primazia aos transportes públicos e atribuir mais importância ao alívio da “dificuldade em apanhar autocarro”, introduzir meios para a implementação do transporte inteligente, proceder à abertura dos megadados referentes à exploração de autocarros, promover a partilha de autocarros-vaivém entre hotéis, melhorar a gestão dos parques de estacionamento públicos, criar condições para a deslocação sem barreiras para peões, ligar os sistemas de cobrança de tarifas do metro ligeiro e dos autocarros, etc..

**Tabela 15 Número de opiniões sobre o Capítulo XIII**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XIII. Optimização profunda do ordenamento do transporte urbano</b>	<b>93</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	9	9,7%
1. Aperfeiçoamento da rede de transportes marítimos, terrestres e aéreos	45	48,4%
2. Melhoramento da gestão de transportes	39	41,9%

#### **14) Capítulo XIV. Protecção proactiva do ambiente natural e ecológico**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém três secções: (1) fortalecimento da protecção ambiental em domínios-chave; (2) intervenção conjunta da população na construção de uma sociedade de reciclagem e economizadora de recursos e (3) reforço da cooperação regional a nível da protecção ambiental, foi recolhido um total de 139 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, em relação ao fortalecimento da protecção ambiental em domínios-chave, foram recebidas 88 opiniões, a maioria das quais propõe que se reforce a construção das infra-estruturas das novas energias, continue a controlar o crescimento do número dos veículos motorizados, aumente os



postos de carregamento públicos, e promova a utilização das energias solar fotovoltaica e das marés e outras energias renováveis.

Segundo, no que concerne à intervenção conjunta da população na construção de uma sociedade de reciclagem e economizadora de recursos, foram recolhidas 37 opiniões, entre as quais algumas atentam na prestação de apoio ao sector de reciclagem local, e algumas sugerem aumentar continuamente a área das zonas verdes urbanas por habitante, em particular na Península de Macau, promover a aplicação de *design* ecológico nas obras de construção, encorajar a participação de mais hotéis nas actividades de protecção ambiental, incentivar a recolha e reutilização de resíduos de materiais de construção e alimentares e de outros objectos abandonados, etc..

Terceiro, no que toca ao reforço da cooperação regional a nível da protecção ambiental, foram apresentadas 5 opiniões que propõem resolver os problemas de terrenos necessários para o desenvolvimento dos recursos renováveis e a recolha dos recursos por meio de cooperação regional.

**Tabela 16 Número de opiniões sobre o Capítulo XIV**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XIV. Protecção proactiva do ambiente natural e ecológico</b>	<b>139</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	9	6,5%
1. Fortalecimento da protecção ambiental em domínios-chave	88	63,3%
2. Intervenção conjunta da população na construção de uma sociedade de reciclagem e economizadora de recursos	37	26,6%
3. Reforço da cooperação regional a nível da protecção ambiental	5	3,6%

## **5. Título V. Elevação sucessiva do nível da governação pública**

### **15) Capítulo XV. Aperfeiçoamento do sistema de defesa da segurança nacional**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém três secções: (1) aperfeiçoamento do regime jurídico de defesa da segurança nacional e do seu mecanismo de execução; (2) consolidação da sensibilização e educação sobre a defesa da segurança nacional, e (3) intensificação da prevenção conjunta e resposta aos riscos circundantes, foi recolhido um total de 25 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne ao aperfeiçoamento do regime jurídico de defesa da segurança nacional e do seu mecanismo de execução, foram recebidas oito opiniões, muitas das quais apontam que se deve continuar a aperfeiçoar a construção desse regime jurídico e o seu mecanismo de execução, bem como elevar o nível de segurança cibernética.

Segundo, em relação à consolidação da sensibilização e educação sobre a defesa da segurança nacional, foram apresentadas seis opiniões, a maioria das quais se refere à intensificação da educação da segurança nacional junto da população e à promoção das acções de sensibilização sobre a Constituição e a Lei Básica.

Terceiro, quanto à intensificação da prevenção conjunta e resposta aos riscos circundantes, foram recolhidas três opiniões, que concordam que se continuem os trabalhos neste aspecto.

**Tabela 17 Número de opiniões sobre o Capítulo XV**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XV. Aperfeiçoamento do sistema de defesa da segurança nacional</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	8	32,0%
1. Aperfeiçoamento do regime jurídico de defesa da segurança nacional e do seu mecanismo de execução	8	32,0%
2. Consolidação da sensibilização e educação sobre a defesa da segurança nacional	6	24,0%
3. Intensificação da prevenção conjunta e resposta aos riscos circundantes	3	12,0%

## 16) Capítulo XVI. Aperfeiçoamento do sistema jurídico

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém quatro secções: (1) promoção do aperfeiçoamento da legislação nas áreas prioritárias; (2) consolidação da base político-social do princípio “Um país, dois sistemas”; (3) melhoramento dos mecanismos diversificados de resolução de litígios e (4) promoção da cooperação judiciária inter-regional e internacional, foi recolhido um total de 28 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à promoção do aperfeiçoamento da legislação nas áreas prioritárias, foram recebidas 13 opiniões, muitas das quais incidem sobre essa promoção e a definição dos projectos legislativos prioritários a promover nos anos 2021-2025. Existem também opiniões que apontam para a

necessidade do cuidado na revisão da lei.

Segundo, em relação à consolidação da base político-social do princípio “Um país, dois sistemas”, foram recolhidas 12 opiniões, muitas das quais se referem ao princípio “Macau governado por patriotas”, e outras opiniões apontam que se deve dar atenção à eficiência e forma da implementação das políticas e medidas relacionadas.

Terceiro, quanto à promoção do melhoramento dos mecanismos diversificados de resolução de litígios, foi recebida uma opinião, que sugere que se incentivem as instituições de arbitragem a fornecerem serviços de arbitragem para litígios de reduzido valor em áreas específicas, como os resultantes de compra *online*.

Quarto, a respeito da promoção da cooperação judiciária inter-regional e internacional, não foi apresentada qualquer opinião.

**Tabela 18 Número de opiniões sobre o Capítulo XVI**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XVI. Aperfeiçoamento do sistema jurídico</b>	<b>28</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	2	7,1%
1. Promoção do aperfeiçoamento da legislação nas áreas prioritárias	13	46,4%
2. Consolidação da base político-social do princípio “Um país, dois sistemas”	12	42,9%
3. Promoção do melhoramento dos mecanismos diversificados de resolução de litígios	1	3,6%
4. Promoção da cooperação judiciária inter-regional e internacional	0	0,0%

## **17) Capítulo XVII. Aprofundamento da reforma da gestão da Administração Pública**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém seis secções: (1) integração e aperfeiçoamento da estrutura administrativa; (2) aperfeiçoamento do regime de gestão dos trabalhadores da Administração Pública; (3) elevação da eficiência dos serviços da Administração Pública; (4) aceleração do desenvolvimento de Macau digital; (5) reforço da supervisão das empresas de capitais públicos e dos fundos autónomos, e (6) aperfeiçoamento contínuo das acções de combate à corrupção e de auditoria, foi recolhido um total de 101 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à integração e aperfeiçoamento da estrutura administrativa, foram recebidas quatro opiniões, algumas das quais se referem ao aumento da capacidade de gestão e controlo do Governo e ao plano de contingência de resposta a incidentes imprevistos. Existem também opiniões que apontam para a necessidade de lançar a segunda ronda de simplificação da estrutura orgânica.

Segundo, em relação ao aperfeiçoamento do regime de gestão dos trabalhadores da Administração Pública, foram apresentadas 12 opiniões, muitas das quais incidem sobre o aperfeiçoamento do regime, o controlo do número total dos trabalhadores dos serviços públicos, o reforço das acções de formação na função pública e a promoção da mobilidade horizontal dos trabalhadores.

Terceiro, quanto à elevação da eficiência dos serviços da Administração Pública, foram recolhidas 17 opiniões. Muitas dessas opiniões se referem à elevação da eficiência dos serviços da Administração Pública, ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema uniformizado de gestão interna do Governo e à governação electrónica. Outras opiniões apontam que se devem clarificar os objectivos e exigências concretos da governação electrónica.

Quarto, a respeito da aceleração do desenvolvimento de Macau digital, foram recebidas 63 opiniões, muitas das quais incidem sobre a aplicação das tecnologias inteligentes em várias vertentes, como nas da governação, dos serviços municipais, do turismo, do transporte, da educação e da gestão das instalações desportivas públicas, e apontam para a necessidade de reforçar a ligação entre as plataformas electrónicas dos serviços públicos. Existem também opiniões no sentido de promover efectivamente a economia digital, de elaborar um plano mais completo para o desenvolvimento da “inteligência +”, de definir padrões para os serviços inteligentes prestados pelos serviços públicos e a sua gestão de dados na retaguarda, bem como de tentar lançar a moeda digital.

Quinto, relativamente ao reforço da supervisão das empresas de capitais públicos e dos fundos autónomos, não foi apresentada qualquer opinião.

Sexto, quanto ao aperfeiçoamento contínuo das acções de combate à corrupção e de auditoria, foi recebida uma opinião, que sugere que o Comissariado contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria divulguem ao público, em tempo oportuno, informações de auto-auditoria interna, de modo a reforçar a confiança, o reconhecimento e a aceitação do público em relação aos mesmos comissariados.

**Tabela 19 Número de opiniões sobre o Capítulo XVII**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XVII. Aprofundamento da reforma da gestão da Administração Pública</b>	<b>101</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	4	4,0%
1. Integração e aperfeiçoamento da estrutura administrativa	4	4,0%
2. Aperfeiçoamento do regime de gestão dos trabalhadores da Administração Pública	12	11,9%
3. Elevação da eficiência dos serviços da Administração Pública	17	16,8%
4. Aceleração do desenvolvimento de Macau digital	63	62,4%
5. Reforço da supervisão das empresas de capitais públicos e dos fundos autónomos	0	0,0%
6. Aperfeiçoamento contínuo das acções de combate à corrupção e de auditoria	1	1,0%

### **18) Capítulo XVIII. Aperfeiçoamento do sistema de protecção de segurança da cidade**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém três secções: (1) reforço da gestão de segurança da cidade e resposta às situações de emergência; (2) intensificação do policiamento inteligente e a capacidade de execução da lei, e (3) intensificação da cooperação regional na prevenção e controlo conjunto, foi recolhido um total de 61 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne ao reforço da gestão de segurança da cidade e resposta às situações de emergência, foram recebidas 59 opiniões, muitas das quais se referem à resolução proactiva do problema de inundações e ao aumento da capacidade de prevenção de inundações (marés) e de drenagem. Existem também opiniões que incidem sobre o reforço da gestão de segurança da cidade e resposta às situações de emergência, o melhoramento do sistema de alerta sobre os riscos de segurança e o aumento da capacidade de resgate em situações de emergência.

Segundo, em relação à intensificação do policiamento inteligente e a capacidade de execução da lei, foi apresentada uma opinião, que sugere o alargamento da cobertura do sistema “Olhos no Céu” e a introdução da inteligência artificial e da análise de megadados.

Terceiro, a respeito da intensificação da cooperação regional na prevenção e controlo conjunto, foi recebida uma opinião, que sugere o reforço da cooperação com o Interior da China na prevenção e redução de desastres e o aumento da capacidade de alerta e de resposta a grandes catástrofes.

**Tabela 20 Número de opiniões sobre o Capítulo XVIII**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XVIII. Aperfeiçoamento do sistema de protecção de segurança da cidade</b>	<b>61</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	0	0,0%
1. Reforço da gestão de segurança da cidade e resposta às situações de emergência	59	96,7%
2. Intensificação do policiamento inteligente e a capacidade de execução da lei	1	1,6%
3. Intensificação da cooperação regional na prevenção e controlo conjunto	1	1,6%

## 6. Título VI. Melhor integração na conjuntura geral do desenvolvimento nacional

### 19) Capítulo XIX. Aceleração da construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém três secções: (1) abertura de novos espaços para o desenvolvimento de Macau; (2) desenvolvimento de novas indústrias que favoreçam a diversificação adequada da economia de Macau e (3) inovação dos mecanismos institucionais e das políticas, foi recolhido um total de 360 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à abertura de novos espaços para o desenvolvimento de Macau, foram recebidas 55 opiniões, as quais incidem principalmente sobre o seguinte: estabelecer mecanismos institucionais de negociação, construção e administração conjuntas e de partilha de resultados, reforçar a coordenação do plano e a ligação entre Guangdong e Macau, alargar o espaço de vida dos residentes de Macau, resolver os problemas que têm afectado a vida da população de Macau, designadamente os relativos à habitação e ao transporte, procurar novos caminhos para os jovens e aumentar os sentimentos de realização e de felicidade dos residentes.

Segundo, em relação ao desenvolvimento de novas indústrias que favoreçam a diversificação

adequada da economia de Macau, foram apresentadas 126 opiniões, muitas das quais se referem ao seguinte: formar as indústrias relacionadas com o estudo e exploração da ciência e da tecnologia, fortalecer as indústrias de marca de Macau, tal como a da medicina tradicional chinesa, desenvolver a indústria financeira moderna e incentivar o desenvolvimento das indústrias de cultura, turismo, convenções e exposições e comércio. Existem também opiniões no sentido de reforçar a coordenação das indústrias transfronteiriças, de elevar o nível de uniformidade dos padrões das indústrias, de aumentar a circulação dos factores relevantes, de reforçar o fomento das operações em renminbi e de apoiar as pequenas e médias empresas.

Terceiro, quanto à inovação dos mecanismos institucionais e das políticas, foram recolhidas 100 opiniões, as quais se focam mais no seguinte: construir um ambiente comercial de qualidade, otimizar a articulação das leis e das regras, melhorar o modelo inovador de supervisão e controlo com base na “gestão separada”, determinar as políticas de introdução de quadros qualificados e os critérios para a definição dos mesmos, aperfeiçoar a interligação das infra-estruturas transfronteiriças. Existem também opiniões que apontam para a necessidade de acelerar a construção do projecto “Novo Bairro de Macau” e de aumentar a eficiência da passagem fronteiriça.

**Tabela 21 Número de opiniões sobre o Capítulo XIX**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XIX. Aceleração da construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin</b>	<b>360</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	79	21,9%
1. Abertura de novos espaços para o desenvolvimento de Macau	55	15,3%
2. Desenvolvimento de novas indústrias que favoreçam a diversificação adequada da economia de Macau	126	35,0%
3. Inovação dos mecanismos institucionais e das políticas	100	27,8%

## **20) Capítulo XX. Participação empenhada na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau**

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém três secções: (1) Promoção ordenada da circulação célere e eficiente dos factores de produção, (2) Estudo sobre a articulação das regras e dos mecanismos de cooperação inter-regional e (3) Criação de um círculo de vida de boa qualidade na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, foi recolhido um total de 69 opiniões, das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à promoção ordenada da circulação célere e eficiente dos factores de produção, foram recebidas 26 opiniões, a maioria das quais manifestou vontade que a sociedade desenvolva uma zona de cooperação aprofundada de forma a que a mesma se possa tornar como uma força motriz para impulsionar o desenvolvimento do projecto Grande Baía, bem como uma vontade proactiva da integração de Macau na conjuntura do desenvolvimento nacional. Por outro lado, existem opiniões que consideram que se deve proceder a uma simplificação mais pragmática do procedimento administrativo, com mais medidas complementares a ser implementadas, favoráveis tanto à passagem aduaneira como à passagem logística via inteligente.

Segundo, no que concerne ao estudo sobre a articulação das regras e dos mecanismos de cooperação inter-regional, foram recebidas 6 opiniões, a maioria das quais incidiu sobre a necessidade de definir, de forma adequada, a relação entre o desenvolvimento das indústrias de Macau e a organização das indústrias a desenvolver na zona de cooperação aprofundada. Por outro lado, existem também opiniões que consideram que se deve proceder à revisão de diplomas legais e regulamentares locais para permitir a articulação e o mútuo reconhecimento nomeadamente no que respeita à qualificação profissional e aos padrões de exercício de actividades profissionais.

Terceiro, no que concerne à criação de um círculo de vida de boa qualidade na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, foram recebidas 17 opiniões, a maioria das quais incidiu sobre a necessidade de estender os serviços municipais até à Ilha Hengqin e ali prestar serviços nas áreas da habitação, educação, assistência médica, apoio a idosos e gestão comunitária, mais ou menos idênticos aos prestados em Macau, bem como promover uma cooperação atinente aos apoios a idosos para que estes possam passar uma vida confortável na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

**Tabela 22 N.º de opiniões sobre o Capítulo XX**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XX. Participação empenhada na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau</b>	<b>69</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	20	29,0%
1. Promoção ordenada da circulação célere e eficiente dos factores de produção	26	37,7%
2. Estudo sobre a articulação das regras e dos mecanismos de cooperação inter-regional	6	8,7%
3. Criação de um círculo de vida de boa qualidade na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau	17	24,6%



## 21) Capítulo XXI. Consolidação da construção da Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém duas secções: (1) Realização dinâmica do intercâmbio e cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa e (2) Melhoria constante da eficácia da “Plataforma Sino-Lusófona”, foi recolhido um total de 38 opiniões, das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à realização dinâmica do intercâmbio e cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, foram recebidas 13 opiniões, a maioria das quais incidiu sobre as actividades comerciais, negócio, intercâmbio e cooperação sino-portugueses, bem como a formação de quadros qualificados de língua portuguesa.

Segundo, no que concerne à melhoria constante da eficácia da “Plataforma Sino-Lusófona”, foram recebidas 13 opiniões, a maioria das quais incidiu sobre a necessidade de melhoramento do ambiente de exercício das actividades comerciais, sobre as actividades da internacionalização de Renmimbi, seguros de crédito no âmbito dos países exportadores de língua portuguesa, comércio digital, entre outras.

**Tabela 23 N.º de opiniões sobre o Capítulo XXI**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XXI. Consolidação da construção da Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa</b>	<b>38</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	12	31,6%
1. Realização dinâmica do intercâmbio e cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa	13	34,2%
2. Melhoria constante da eficácia da “Plataforma Sino-Lusófona”	13	34,2%

## 22) Capítulo XXII. Participação e apoio à construção de “Uma Faixa, Uma Rota”

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo que contém três secções: (1) Contribuição no âmbito do livre fluxo do comércio e da integração financeira, (2) Promoção da comunicação entre os povos e (3) Alargamento do intercâmbio com o exterior, foi recolhido um total de 23 opiniões, das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à contribuição no âmbito do livre fluxo do comércio e da integração financeira, foram recebidas 3 opiniões que incidiram sobre a necessidade de continuar a alargar os laços de intercâmbio e cooperação com os países de língua portuguesa e os países e regiões envolvidos no projecto “Uma Faixa, Uma Rota” e a organização de deslocações de comerciantes aos países e regiões deste projecto para procurarem encontrar oportunidades comerciais.

Segundo, no que concerne à promoção da intercomunicabilidade entre os povos, foram recebidas 9 opiniões que apontaram para o papel que o ensino superior pode desempenhar nesta área, nomeadamente os cursos com características próprias relacionados com o turismo, o jogo, a língua portuguesa e a tradução, podendo estes cursos vir a servir de um intermediário vantajoso para recrutar mais alunos junto dos países e regiões envolvidos no projecto “Uma Faixa, Uma Rota”.

Terceiro, no que concerne ao alargamento do intercâmbio com o exterior, foram recebidas 4 opiniões, algumas das quais sugeriram convidar universidades de língua portuguesa a funcionar em Macau.

**Tabela 24 N.º de opiniões sobre o Capítulo XXII**

Área	Total	
	N.º	%
<b>Capítulo XXII. Participação e apoio à construção de “Uma Faixa, Uma Rota”</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>
Menção geral	7	30,4%
1. Contribuição no âmbito do livre fluxo do comércio e da integração financeira	3	13,0%
2. Promoção da comunicação entre os povos	9	39,1%
3. Alargamento do intercâmbio com o exterior	4	17,4%

---

## Conclusão

A elaboração do Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025), articulada tanto com o Primeiro Plano Quinquenal local e o 14.º Plano Quinquenal nacional, como com o programa político do quinto mandato do Chefe do Executivo da RAEM, visa não só delinear, de forma nítida, um rumo de desenvolvimento futuro, como também um plano de orientação da posterior acção governativa da Administração Pública da RAEM, podendo este Segundo Plano Quinquenal direccionar o caminho a prosseguir para alcançar um desenvolvimento sustentável a longo prazo e a abrir igualmente um novo capítulo sobre a implementação, com sucesso e características, do princípio “Um País, Dois sistemas”, em Macau.

O presente relatório revela a situação geral da consulta pública relativa ao segundo plano quinquenal para o desenvolvimento de Macau, o qual serve de referência relevante para a elaboração da redacção oficial do Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau. As opiniões e sugestões que reúnem genericamente um factor de consenso pela sociedade, apresentadas durante o decurso da consulta, foram basicamente acolhidas e inseridas no texto oficial do plano, sendo as excluídas, mas constitutivas, encaminhadas para os serviços competentes para efeitos de acompanhamento e estudo, a ter em consideração na execução da acção governativa. Daqui para frente, o Governo da RAEM irá empenhar-se na implementação deste segundo plano quinquenal, participando, de forma aprofundada no projecto Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e nas tarefas do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, por forma a que as vantagens competitivas de Macau sejam consolidadas e reforçadas para concretizar a diversificação adequada da economia e impulsionar um desenvolvimento sustentável da sociedade, aumentando o bem-estar da população e alcançando uma melhor integração de Macau na conjuntura geral do desenvolvimento nacional.

Por fim, dirigem-se os sinceros agradecimentos aos diversos sectores da sociedade e à população, pelo grande contributo decorrente da participação e das valiosas sugestões apresentadas durante o decurso da consulta pública.

